

Banco Alimentar Contra a Fome de Évora

Contribuinte: 503674630

Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 31/12/2018

Rubricas	Notas	2018	2017
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	270.356,61	286.833,40
Ativos intangíveis	6	79,95	79,95
Investimentos financeiros	17	101,46	39,66
Subtotal		270.538,02	286.953,01
Activo corrente			
Inventários	9	22.590,27	29.792,48
Créditos a receber	15	4.909,90	0,00
Estado e outros entes públicos	17	27,38	41,81
Diferimentos	17	0,00	179,67
Outros ativos correntes	17	0,00	53,00
Caixa e depósitos bancários	15	21.717,37	30.841,14
Subtotal		49.244,92	60.908,10
Total do ativo		319.782,94	347.861,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		66.534,73	66.534,73
Resultados transitados		-1.739,70	29.038,81
Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais		263.416,42	279.343,30
Subtotal	18	328.211,45	374.916,84
Resultado líquido do período		-14.452,89	-30.778,51
Total do capital próprio		313.758,56	344.138,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	2.773,85	627,97
Estado e outros entes públicos	17	1.548,63	1.610,02
Outros passivos correntes	16	1.701,90	1.484,79
Subtotal		6.024,38	3.722,78
Total do Passivo		6.024,38	3.722,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		319.782,94	347.861,11

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/ Gerência

O Contabilista Certificado

CC 59196

Banco Alimentar Contra a Fome de Évora

Moeda: EUR
Contribuinte: 503674630

Demonstração dos resultados por naturezas em 31/12/2018

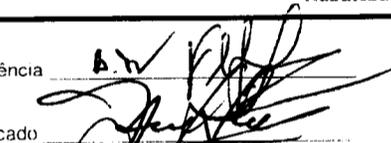
(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	16.357,24	15.084,56
Subsídios, doações e legados à exploração	12	202.342,83	237.283,80
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-213.041,53	-22.228,05
Fornecimentos e serviços externos	17	-17.272,81	-19.525,82
Gastos com o pessoal	16	-12.049,93	9.231,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17	28.879,15	17.315,74
Outros gastos	17	-2.047,73	-232.231,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.167,22	-13.532,83
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-17.575,18	-17.244,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14.407,96	-30.777,16
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17	-45,03	1,35
Resultado antes de impostos		-14.452,99	-30.778,51
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período	18	-14.452,99	-30.778,51

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado


CC 59196

Banco Alimentar Contra a Fome de Évora

Contribuinte: 5036/4630
Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

RUBRICAS	Notas	2018	2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	10	15.173,38	21.465,49
pagamentos de subsídios		0,00	0,00
pagamentos de apoios		0,00	0,00
pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	15	-22.926,05	-24.339,41
Pagamentos ao pessoal	16	-8.705,76	-5.860,25
Caixa geradas pelas operações		16.458,43	-8.734,17
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-27,38	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	17	-2.736,51	3.985,48
Fluxos das actividades operacionais (1)		19.222,32	12.719,65
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5	-1.098,39	10.515,91
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	500,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	17	109,50	167,25
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-988,89	-9.848,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	758,38
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações	12	11.087,44	13.939,79
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		11.087,44	14.698,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-9.123,77	-7.870,14
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		30.841,14	38.711,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	21.717,37	30.841,14

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico oficial de contas

CCV/196

NOTAS DO ANEXO – Exercício de 2018

1. Identificação da Entidade

- 1.1- Designação da Entidade: Banco Alimentar contra a Fome de Évora
- 1.2- Sede : Rua Circular Nascente, lote 13 - P.I.T. Évora, 4
- 1.3- Natureza da atividade: Instituição Particular de Solidariedade Social que tem como objeto o apoio alimentar a instituições.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.

2.1 - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a norma contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) prevista pelo sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9/03, com as alterações introduzidas pelo Decreto lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o período anterior.
As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no modelo do custo e assentes nos seguintes pressupostos:

- Continuidade;

- Regime do Acréscimo;
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Comparabilidade da informação.

3.1.2 – Ativos Fixos Intangíveis – Encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das depreciações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam por ela controláveis e se possa mensurar com fiabilidade.

3.1.3 – Locações – A classificação das locações financeiras é feita de acordo com a substância e conteúdo dos contratos e não de acordo com a forma dos mesmos. O valor dos bens é registado no balanço como ativo, sendo a correspondente responsabilidade registada como passivo, na rubrica “financiamentos obtidos”. Os juros incluídos nos pagamentos mínimos e a depreciação/amortização do ativo são registados como gastos do período.

3.1.4 – Inventários – As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, o menor dos dois. Utiliza-se o custo médio ou FIFO como fórmula de custeio. É reconhecida uma imparidade em inventários nos casos em que o valor destes itens seja inferior ao menor custo médio de aquisição ou realização. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período em que o rédito é reconhecido, sendo registados na Demonstração de Resultados do período.

3.1.5 – Custos de empréstimos obtidos – São registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento, juros e outros, incorridos no período são registados como gastos na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados no balanço como passivos não correntes.

3.1.6 – Ativos e passivos financeiros

3.1.6.1 – Dívidas de terceiros – As dívidas de terceiros, não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas por imparidade acumuladas” por forma a refletir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objetiva e quantificável que parte ou a totalidade do saldo em dívida não será recuperável (recebido). O desreconhecimento das dívidas de clientes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do ativo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

3.1.6.2 - Dívidas a terceiros – As dívidas a terceiros são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).

3.1.6.3- Caixa e depósitos bancários – Os valores incluídos nesta rúbrica, traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos á ordem , depósitos a prazo e outros depósitos bancários que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no ativo corrente.

3.1.6.4 – Empréstimos – São registados no passivo não corrente pelo valor nominal da operação. O desreconhecimento dos empréstimos só se verifica quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos de financiamento, designadamente quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração do empréstimo.

3.1.7 – Provisões – A entidade analisa de forma periódica possíveis obrigações legais ou construtivas que resultem de eventos passados, e em virtude das quais seja provável que ocorra um exfluxo da entidade tendo em vista a resolução dessa obrigação.

3.1.8 – Regime do acréscimo – De acordo com o regime do acréscimo os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.1.9 – Rédito – O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem seja transferido para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

3.1.10 Subsídios do Governo – Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando existem garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recebidos. Nos subsídios relacionados com a atividade (rendimento), são reconhecidos na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e/ou ativos intangíveis com vida útil definida são inicialmente reconhecidos em “outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com os gastos com eles relacionados.

3.1.11 – Benefícios dos empregados – Os benefícios dos empregados incluem diversas rubricas, como sejam salários, ordenados, retribuições de trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, acréscimos das contribuições para a segurança social e seguros de acidentes de trabalho.

4. – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável

5. – Activos Fixos Tangíveis

5.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações.

5.2 - As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de itens, tendo em conta o DR 25/2009.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 2018								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Equip. Adimistrat.	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos tangíveis em curso	Total
ATIVO BRUTO								0,00
Saldo Inicial	1.676,49	317.351,47	28.290,90	123,00	2.791,38	1.966,03		352.199,27
Aquisições			1.098,39					1.098,39
Alienações /abates								0,00
Doações								0,00
Regularizações								0,00
Outras alterações								0,00
Transferências								0,00
SALDO FINAL	1.676,49	317.351,47	29.389,29	123,00	2.791,38	1.966,03	0,00	353.297,66
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS								
Saldo inicial		35.170,64	27.399,91	25,63	1.901,88	867,81		65.365,87
Depreciações do exercício		15.867,58	533,07	30,75	488,40	655,38		17.575,18
Alienações /abates								0,00
Outras alterações								0,00
Saldo Final	0,00	51.038,22	27.932,98	56,38	2.390,28	1.523,19	0,00	82.941,05
ATIVO LÍQUIDO	1.676,49	266.313,25	1.456,31	66,62	401,10	442,84	0,00	270.356,61

6. - Activos Intangíveis

6.1 Encontra-se registado um programa informático no valor de 79,95€.

14
2

- 7. - Locações - Não aplicável
- 8. - Custos de Empréstimos obtidos – Não aplicável
- 9. -- Inventários:

9.1 – O sistema de inventário utilizado na instituição é o inventário intermitente, sendo a forma de custeio o valor realizável líquido. O custo dos inventários espelha os donativos recebidos e atribuídos.

Demonstração do Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas 2018

	Mercadorias	Totais
Inventário Início Período	29.792,48	29.792,48
Compras	4.719,46	4.719,46
Donativos Obtidos	189.470,44	189.470,44
Regularização de Inventários	11.649,32	11.649,32
Inventário no Final do Período	22.590,17	22.590,17
Custo dos géneros alimentícios distribuídos	213.041,53	213.041,53

- 10. Rédito – As vendas referem-se á campanha de papel por alimentos. As prestações de serviços referem-se a quotizações de associados.

Rédito		
	31-12-2018	31-12-2017
Vendas	16.200,24	14.624,56
Prestação de serviços	157,00	460,00

- 11 – Provisões, passivos contingentes e activos contingentes:

Não aplicável

- 12 – Subsídios e outros apoios

12.1 - Apoios financeiros:

Subsídios e doações de carácter financeiro

Descrição	2018	2017
Subsídios entidades Públicas	1.414,23	3.757,65
Subsídios Particulares	11.087,44	5.191,50
Caixa e seus equivalentes	12.501,67	8.949,15

82

12.2 – Os outros Apoios referem-se a donativos em géneros alimentares obtidos nas campanhas e doados por particulares no valor de 189.470.44€.

15 - Instrumentos financeiros

15.1 Dívidas de terceiros – As dívidas de terceiros, não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal.

15.2- Dívidas a terceiros – As dívidas a terceiros são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente.

Dívidas a receber e a pagar	
	2018
Dívidas de clientes	4.909,90
Dívidas a Fornecedores	2.773,85

15.3 - Caixa e depósitos bancários – Os valores incluídos nesta rubrica, traduzem-se nos montantes de caixa e depósitos á ordem e registados no ativo corrente.

Desagregação dos valores de Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2018	2017
Caixa	546,55	107,54
Depósitos Ordem	3.170,82	5.733,60
Outros Depósitos Bancários	18.000,00	25.000,00
Caixa e seus equivalentes	21.717,37	30.841,14

16 – Benefícios dos empregados

16.1 – Os gastos com empregado referem-se a um colaborador e a um trabalhador do programa emprego inserção.

16.2 – O número de membros que compõem a direção são 5 não auferindo qualquer tipo de remuneração.

Contas	Gastos com o pessoal	2018	2017
63	Gastos com o pessoal	12.049,93	9.231,41
632	Remunerações do pessoal	9.290,00	6.443,29
635	Encargos sobre remunerações	1.816,60	1.220,21
636	Seguros de acidentes no trabalho	100,12	100,45
638	Outros gastos com o pessoal	843,21	1.467,46

17 – Outras informações

17.1-A instituição não têm dívidas fiscais em mora

Os valores registados no Balanço na conta de IVA a pagar referem-se ao valor do IVA apurado no 4º Trimestre de 2018 e a pagar em Fevereiro de 2019, o irs retido na fonte em Dezembro de 2018 serão pagos em Janeiro de 2019.

17.2 – A instituição não têm dívidas à Segurança Social em mora

17.3 – O número de voluntários que colaboraram nas campanhas foram cerca de 700.

17.4 – Todos os movimentos contabilísticos encontram-se refletidos nas Demonstrações Financeiras.

17.5 – O valor registados em Investimentos Financeiros referem-se à comparticipação para o Fundo de Compensação do Trabalho.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Designação	2018	2017
Outros gastos e perdas	30.410,20	16.585,77
Ganhos em Inventários	14.483,32	326,34
Imputação subsidios para Investimentos, Estado	12.500,00	12.500,00
Alienações	0,00	327,08
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	0,43
Imputação subsidios para Investimentos, Privados	3.426,88	3.145,52
Outros Ganhos		286,40

YH

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Designação	2018	2017
Outros gastos e perdas	4.116,75	4.707,72
Impostos directos	683,75	246,15
Impostos indirectos	53,00	65,96
Quebras	2.878,93	4.040,07
Outras perdas	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	227,95	34,19
Quotizações	272,12	275,44
Outros não especificados	1,00	45,91

Fornecimentos e Serviços externos		
Designação	2018	2017
Trabalhos especializados	1.548,60	1.107,00
Honorários	2.712,50	2.397,16
Publicidade	36,00	131,61
Vigilância e Segurança	790,92	771,50
Conservação e reparação	322,98	982,60
Serviços bancários	30,16	167,68
Outros serviços		191,55
Materiais	1.369,73	1.636,71
Electricidade	1.528,90	1.572,09
Combustíveis - gasóleo	516,99	320,06
Água	412,37	575,05
Desloc. e estadas - aceites p/ tot.	4.635,77	6.681,02
Transportes de mercadorias	1.309,50	935,41
Outros serviços	1,95	6,25
Comunicação-telefones e out	1.004,51	1.019,94
Contencioso e notariado	59,95	65,00
Seguros	318,03	192,99
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	637,95	768,00
Outros serviços	36,00	4,20
Total	17.272,81	19.525,82

6.2 ✓

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - 2018										
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		66.534,73			29.038,81			279.343,30	-30.778,51	344.138,33
Alterações no Período										
Alterações de Políticas Contábilísticas										
Diferenças de conversão										0,00
Realização do excedente de revalorização										0,00
Excedentes de revalorização de Ativos										0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00
Outras alterações Reconhecidas nos FP					-30.778,51			12.500,00	30.778,51	-12.500,00
Resultado Líquido do Período					30.778,51	0,00	0,00	12.500,00	30.778,51	12.500,00
Resultado Extensivo									14.452,99	14.452,99
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								-12.500,00	16.325,52	-26.952,99
Fundos										
Subsídios, doações e legados										0,00
Outras Operações								3.426,88		3.426,88
Posição no fim do Período		0,00	0,00		-1.739,70	0,00	0,00	263.416,42	-14.452,99	313.758,46

18. Resultado do exercício.

- 18.1 – o Resultado Líquido do exercício cifrou-se em -14.452.99€.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME DE ÉVORA

Conselho Fiscal

ACTA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte horas, reuniu o Conselho Fiscal do Banco Alimentar Contra a Fome de Évora, com a presença de Francisco Augusto Batista Chalaça e Tiago Appleton, a ordem de trabalhos teve como ponto único:

- Emissão de parecer sobre as Contas referentes ao ano de dois mil e dezoito.

O Presidente da Direção, esteve presente na reunião e procedeu a uma apresentação dos documentos e respondeu às questões que os membros do Conselho colocaram.

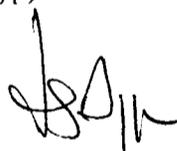
Após os esclarecimentos solicitados decidiu o Conselho elaborar o seguinte parecer:

As peças contabilísticas apresentam-se elaboradas de acordo com as normas contabilísticas em vigor, determinadas pela Segurança Social para as IPSS e representam, com fidelidade, aquela que foi a atividade do Banco Alimentar de Évora ao longo do ano de dois mil e dezoito;

O Conselho Fiscal, por unanimidade, aprova as referidas contas e concorda com o parecer da Direção de levar o resultado negativo de 14.452,99 euros a "Resultados Transitados".

Por mais não ter sido tratado, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente acta que, depois de lida em voz alta, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Évora, 27 de Março de 2019





Ata nº1/2019

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a Assembleia Geral do Banco Alimentar Contra a Fome de Évora, com a presença de nove dos seus associados, presidida pela Dr.ª Maria do Anjo Marques, Secretária da Assembleia Geral, dado o falecimento do Presidente da Assembleia Geral, D. João Mário de Saldanha e por motivos de saúde do Eng.º António Vaz da Silva, Vice-Presidente, pelo que os associados Cândida Vacas de Carvalho e João Traguedo foram convidados a integrar a mesa da Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação das contas do exercício do ano de dois mil e dezoito;
3. Outros Assuntos.

O presidente da mesa da Assembleia Geral em exercício Maria do Anjo Marques, após ter saudado os presentes e manifestado grande satisfação pela forma como a Direção tem desempenhado a sua Missão no pleno cumprimento dos objetivos desta Instituição de Solidariedade Social, deu início à reunião passando ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, pelo que solicitou ao Eng.º Bernardino Melgão que prestasse todas as informações consideradas importantes no âmbito do funcionamento do Banco Alimentar Contra a Fome de Évora.

Tomando a palavra o Eng.º Melgão afirmou o seguinte:

Presentemente temos cerca de cinquenta instituições parceiras, que recebem um cabaz mensal, em função do número de pessoas apoiadas por cada uma. Depois sempre que temos alimentos em excesso temos mais cinquenta, que também são apoiadas;

Para termos uma ordem de grandeza nos últimos três anos doámos às instituições parceiras mais de duzentas toneladas de alimentos anuais perfazendo um valor monetário de cerca de duzentos e cinquenta mil euros por ano.

A par desta atividade principal temos há cerca de quatro anos, uma outra relacionada com a parceria efetuada com a Gesamb denominada " Resíduos Sólidos" - papel/cartão e plástico.

Esta campanha possibilita o pagamento por parte da Gesamb ao Banco Alimentar das toneladas recolhidas destes resíduos, no nosso armazém, permitindo com estas quantias a compra de alimentos em falta e também ajudar no pagamento das despesas mensais correntes.

Nestes últimos três anos recolhemos mais cerca de trezentas e sessenta toneladas de papel e cartão, o que dá uma média anual próxima das cento e vinte toneladas. Quanto ao plástico já recolhemos cerca de quinze toneladas.

Com esta campanha já adquirimos nestes últimos três anos os seguintes produtos:

Leite – onze mil litros; Azeite – três mil e quinhentos litros

Recentemente tivemos a visita do Sr. Diretor da Segurança Social de Évora, onde para além das informações anteriores, falámos das nossas necessidades, nomeadamente:

Toda a nossa atividade diária é desenvolvida por uma única funcionária e poucos



voluntários assíduos. Originando muitas vezes dificuldades na execução das tarefas, sobretudo as relacionadas com as cargas e descargas no armazém.

O ideal seria termos uma viatura adequada à nossa atividade e mais um funcionário de armazém, que possibilitaria a resolução dos problemas referidos anteriormente bem como o crescimento da campanha de resíduos sólidos também para os concelhos fora de Évora.

Para isso seria necessário termos um subsídio mensal atípico garantindo a sustentabilidade financeira do BACF possibilitando um melhor serviço, com mais alimentos angariados e mais donativos para as instituições parceiras.

Neste sentido fizemos uma candidatura ao PROCOOP da Segurança Social, no valor de dois mil e quinhentos euros mensais, da qual ainda não obtivemos resposta. Talvez mais para o final do ano.

Recentemente fizemos o pedido habitual de apoio financeiro anual, à Fundação Eugénio de Almeida. Ainda estamos à espera de resposta.

Com o segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Direcção apresentou as Contas do Exercício do ano de dois mil e dezoito afirmando que as peças contabilísticas foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas em vigor, determinadas pela Segurança Social para as IPSS e representam, com fidelidade, aquela que foi a actividade do Banco Alimentar de Évora ao longo do ano de dois mil e dezoito

Das notas do anexo enviado pela empresa de contabilidade EBOGEST, destacam-se algumas rúbricas, nomeadamente o seguinte:

- Donativos em géneros alimentares obtidos nas campanhas e doados por particulares;
- Caixa e seus equivalentes;
- Despesas fixas mensais;
- Donativos anuais de Entidades;
- Fundos próprios;
- Gastos com o pessoal;
- Fornecimentos e Serviços externos.

E deu ainda a conhecer à Assembleia Geral o teor do parecer emitido pelo Conselho Fiscal, parecer que, para além de enfatizar o que de mais relevante consta dos vários elementos contabilísticos em apreciação aprova favoravelmente por unanimidade o Relatório e Contas que a Direcção submete à aprovação da Assembleia Geral e concorda com o parecer da Direcção de levar o resultado negativo de -14.452,99€ (catorze mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e noventa e nove cêntimos) a "resultado transitados".

Não tendo havido pedidos de esclarecimentos, foi colocada à votação dos presentes a proposta de Relatório e Contas do exercício do ano de dois mil e dezoito, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em outros assuntos o Presidente da Direcção lembrou que no final deste ano temos eleições. Olhando para a lista de sócios constatamos, que alguns já faleceram e outros afastaram-se.

Importa referir que a nossa instituição tem dois tipos de sócios: os benfeitores com



MARCEL

donativos assíduos e que não têm direito a voto nas Assembleias Gerais e os efetivos, que podem votar.

Os sócios benfeitores podem ser propostos pela direcção em Assembleia Geral para o estatuto de efetivo, quando estas pessoas se salientam pela ajuda sucessiva nas campanhas ou até mais assiduamente ao longo do ano.

Nos estatutos anteriores os efetivos pagavam uma quota mensal minima de cem escudos e uma joia de duzentos e cinquenta escudos.

Presentemente com aprovação dos novos estatutos continua a haver a figura dos sócios benfeitores e efetivos, mas não contempla valores monetários fixos, já que o nosso modelo foi adotado do Banco Alimentar de Lisboa.

Cada sócio poderá dar um donativo mensal de acordo com as suas possibilidades.

A Direcção na altura da implementação destes estatutos aprovou um valor minimo de quota de cinquenta cêntimos mensais pegando no valor indicado anteriormente pelos antigos estatutos.

Com base no exposto e olhando para o futuro da nossa Instituição, a Direcção propõe à Assembleia Geral as seguintes pessoas, que reúnem as condições indicadas anteriormente, para sócios efetivos:

- Maria Filomena Nogueira Martins
- Maria Helena Ferreira Rosmaninho
- Maria Laura Raposo Charneca
- Maria Isabel Piteira Pereira
- Carla Helena Eustáquio Veiga
- António Manuel Piteira Pereira
- Delfina Maria Delgado Vinha
- Fernando Filipe Oliveira Coelho
- Maria do Carmo Caeiro Coelho
- Ana Maria Granadeiro da Encarnação
- Fernando José Martins da Silva
- José Alexandre Carvalho
- Bruno Miguel Varela Batista
- Luisa Boazinha
- Nuno Miguel Lopes Marques
- Elsa Isabel Correia Cabo
- Paula Lã-Branca
- Maria José Félix da Silva
- Ana Maria Felix Monginho Canelas
- Maria Inês Batalha Costa
- Ana Simões
- Ricardo Simões
- Ricardo Jorge Vidigal Silva
- Ângela Cristina Canelas Nunes
- Tânia Patricia Rei Calado
- João Francisco Pinto Dias
- Margarida Nascimento Barreto
- Maria Helena Lopes Lino
- Manuela Rosa Ferreira Barreto

Informou também que no próximo fim de semana de 29 e 30 de Março irá decorrer mais um encontro dos Bancos Alimentares em Carcavelos, onde o nosso irá marcar presença.

A terminar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, expressou a sua satisfação pela forma como decorreu a reunião e pela dedicação e disponibilidade demonstrada por todos.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião pelas vinte e duas horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente Ata, que foi aprovada em minuta e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidente: *Maria do Anjo Marques*
Vice-Presidente: *João Custódio António Domingos*
Secretária: *Elbana*